

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Reforço privado de R\$ 8,2 bi.....	2
Título: Itaboraí já vive a expectativa de retomada do Comperj.....	4
Título: Volatilidade à vista com nova política de preços da Petrobras	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Ação coletiva contra Petrobras na Justiça de Nova York volta a correr	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Infraestrutura atrai investidor de longo prazo	9
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Guerra comercial ameaça se estender a setor de alumínio	10
Título: Destaques	12
Título: CSN e ministérios públicos discutem questão ambiental	12
Título: Petrobras sofre decisão desfavorável nos EUA	15
Título: Curta.....	17
Título: Anglo American vê preço do minério ainda alto no ano	18
Título: Raízen investirá em plantas adquiridas da Tonon	20

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez e Bruno Rosa****Título: Reforço privado de R\$ 8,2 bi**

Estado do Rio volta a receber investimentos de olho na recuperação da indústria de petróleo.

A retração dos investimentos da Petrobras nos últimos três anos atingiu em cheio o Rio de Janeiro, maior produtor de petróleo do país e onde se concentra o maior número de empresas do setor. Mas, depois de chegar ao fundo do poço, começam a surgir no estado projetos na área de petróleo e infraestrutura com investimentos privados que chegam a pelo menos R\$ 8,2 bilhões. Além disso, a própria Petrobras dá sinais de reação. Semana passada, a estatal assinou um memorando de entendimentos para uma parceria estratégica com a chinesa CNPC para diversas áreas de óleo e gás. Segundo uma fonte, entre os projetos, está a retomada da construção de uma refinaria no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, que vão demandar investimentos entre US\$ 3,5 bilhões e US\$ 4 bilhões.

Mas o total de investimentos pode aumentar ainda mais a médio e longo prazos com as rodadas de petróleo, dizem especialistas e governo. Em setembro e outubro, ocorrem dois leilões de petróleo em campos do pós e pré-sal, além de outros quatro até 2019. Segundo projeções da Agência Nacional do Petróleo, os novos certames podem gerar investimentos da ordem de US\$ 30 bilhões somente para o desenvolvimento das áreas nos blocos situados no litoral do Estado do Rio. — Há boas perspectivas, com a Petrobras fazendo sua arrumação interna, e as companhias privadas se posicionando. Já verificamos uma movimentação que vai ganhar força no ano que vem, com fundos de investimento interessados no setor de energia. Os próximos leilões de petróleo virão com uma mudança grande de postura dos investidores — comentou Marcelo Gomes, presidente da Alvarez & Marsal.

20 MIL EMPREGOS

No Rio de Janeiro, os novos projetos privados estão concentrados na Região dos Lagos e no Norte Fluminense. A perspectiva de crescimento das atividades petrolíferas estimulou o planejamento dos Terminais de Ponta Negra (TPN), na Praia de Jacaré, entre Maricá e Saquarema, voltado a atender a indústria de óleo e gás com o desenvolvimento dos campos no pré-sal. O projeto da DTA Engenharia prevê investimentos de R\$ 5,2 bilhões e a geração de 20 mil empregos diretos e indiretos em plena operação. Embora o projeto enfrente oposição do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (MPRJ), por supostamente afetar

arenitos de praia (beach rocks), os executivos da DTA Engenharia acreditam receber em breve a licença de instalação pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea) para dar início às obras. O processo de licenciamento está em curso há cinco anos.

— Este é um projeto que tem zero de subsídio, de subvenção, de benefício fiscal. É 100% de capital privado, e temos parceiros interessados em formar consórcios no negócio — disse Fernando Siriani, diretor da DTA Engenharia. Ele lembrou que a primeira etapa é a construção do terminal em si. Depois, haverá um parque de contêineres e uma base de apoio offshore. Assim, o TPN vai estar preparado para realizar operações de transferência de petróleo entre navios, destinados à exportação. No trecho onde o terminal será construído, a 500 metros da costa, a profundidade chega a 30 metros, o que permitirá a operação com navios petroleiros de grande porte sem a necessidade de dragagem. O Inea informou que o projeto está em fase final de análise pela área técnica. Em São João da Barra, no Norte Fluminense, a Prumo Logística, que opera e desenvolve o Porto do Açu, vai investir R\$ 3 bilhões na construção de uma usina térmica a gás e de uma estação de regaseificação (para transformar o gás em estado líquido em gasoso).

O projeto deve gerar três mil vagas a partir do ano que vem, quando começam as obras, diz José Magela Bernardes, presidente da Prumo. A nova térmica vai contar ainda com a parceria da Siemens e da petroleira BP, que devem se tornar sócias da usina. — Temos o gás do pré-sal. Estamos criando uma solução para evacuar o gás que vem associado ao petróleo. A térmica vai começar a operar em 2021. Desde 2014, já investimos R\$ 5 bilhões para finalizar essas obras e outras, como o terminal de óleo e de minério de ferro — disse Magela. O executivo explica que a térmica faz parte de um projeto maior, que prevê a construção de outras unidades. Se tudo sair do papel, o projeto vai consumir investimentos totais de R\$ 15 bilhões e se tornar a maior área de térmicas do país: — Mas é preciso ter o gás. Por isso, estamos conversando com todos os produtores de petróleo, pois existe a necessidade do escoamento de gás.

POLO INDUSTRIAL EM MACAÉ

Sem dúvida, o município de Macaé foi um dos que mais sentiram a forte retração dos investimentos não só da Petrobras, mas de toda a atividade do setor de petróleo nos últimos anos, não só por conta do impacto das revelações do esquema de corrupção descoberto pela Operação Lava-Jato, mas queda do preço da commodity. Mas começam a ganhar corpo novos projetos no setor petrolífero em Macaé. É o caso do Parque Bellavista, um polo industrial privado onde estão instaladas 19 empresas do setor de petróleo, que vai triplicar de tamanho. Vai passar dos atuais um milhão de metros quadrados para três milhões de metros quadrados. Os investimentos estimados são de cerca de R\$ 50 milhões.

O diretor do Parque Bellavista, Leonardo Dias, explicou que a ideia de expansão da área industrial surgiu em 2013, quando o setor de petróleo estava em franco crescimento. E mesmo com a chegada da crise, disse ele, o grupo não desistiu do projeto, acreditando na futura ampliação da produção de petróleo no pré-sal: — Mesmo com a crise, optamos por continuar os investimentos e executar as obras de preparação dos terrenos para receber novas empresas. Sempre acreditamos na retomada do setor com o desenvolvimento do pré-sal. A expansão total da área está prevista para ser concluída no primeiro semestre de 2019. No momento, cerca de um terço da obra já foi concluída. De acordo com o executivo, quatro novas empresas já se instalaram. Dias afirma ainda que, apesar da crise dos últimos anos, nenhuma empresa chegou a sair do parque industrial:

— São grandes empresas, que continuam com contratos em andamento. Houve redução do volume de contratos, demissões e há capacidade ociosa em algumas instalações, porém, as empresas continuam operando na expectativa de retomada do setor, que começa a dar os primeiros sinais. Christino Áureo, secretário da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio, disse que há uma perspectiva de retomada dos projetos no Rio. Mesmo diante das dificuldades de arrecadação, com a queda de 37% dos royalties e participação especial no ano passado, Áureo destaca a expectativa de assinatura do regime de recuperação fiscal nos próximos dias e a retomada do setor de petróleo com os novos leilões.

— Apesar da crise política, as empresas de petróleo demonstram confiança, já que os desembolsos serão apenas a partir de 2018. Estamos recebendo algumas consultas. Há muito apetite dos chineses. A China é a maior produtora de bens de capital e está em busca de oportunidades.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Itaboraí já vive a expectativa de retomada do Comperj

Anúncio feito pela Petrobras atraiu ex-funcionários em busca de vaga

Três anos depois de ver desaparecer mais de 30 mil empregos, a cidade de Itaboraí voltou a sonhar com a expectativa de retomada das obras do Comperj. Desde a notícia de que a Petrobras poderá reiniciar a construção de uma refinaria no complexo petroquímico em parceria com os chineses, antecipada pelo GLOBO na última terça-feira, mais de 300 ex-trabalhadores já foram atrás de informações e de uma vaga no sindicato da região. É assim que a sede do Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção Industrial

do Município de Itaboraí (Sintramon), no Centro da cidade, vem se tornando ponto de encontro de ex-funcionários do Comperj.

Com currículos nas mãos e muitas histórias tristes, as centenas de desempregados depositam agora suas esperanças nos chineses para esquecer os dias de bicos e venda de doces pelas ruas. A cidade tem hoje, segundo a prefeitura, cerca de 20 mil desempregados. — A notícia da retomada das obras causou expectativa. Eles chegam no sindicato perguntando se já saiu alguma coisa no Comperj. O problema é que até começar uma obra demora, mas as pessoas acham que é rápido. É um desespero — comenta Paulo Cesar Quitanilha, presidente do Sintramon. — As pessoas estão há três anos desempregadas. Mais de 300 ex-funcionários já vieram pedir informação e emprego após a reportagem da volta do Comperj — diz o vice-presidente do sindicato, Marcos Hartung.

600 PESSOAS NO COMPLEXO

Na última quinta-feira, Roberto Jordan da Silva, de 47 anos, foi uma das dezenas de homens que acordaram cedo para buscar informação na porta do sindicato. Ele é o retrato da cidade: trabalhou três anos no Comperj e está há quase dois anos sem emprego. Hoje, ele e sua família vivem da indenização trabalhista de R\$ 300 mensais da Alusa, uma antiga prestadora de serviços da Petrobras. — E é assim que estou sobrevivendo. Agora, estão todos falando que o Comperj vai voltar. Amém. Eu só quero um emprego. Tenho fé que isso vai acontecer — comenta Silva, que era encanador industrial no Comperj e já trabalhou na Refinaria do Nordeste (Rnest), em Pernambuco. O Comperj é considerado uma das obras mais polêmicas da Petrobras e foi alvo de corrupção entre construtoras e partidos políticos, em um esquema revelado na Operação Lava-Jato, da Polícia Federal (PF). Lá, a estatal gastou mais de US\$ 13 bilhões e nada ficou pronto.

Com a paralisação das obras a partir de 2014, os ex-funcionários relatam que a parte interna do empreendimento sofre hoje com a ferrugem em diversos equipamentos e com a grama que cresce a cada dia entre as tubulações e nas vias, algumas sem pavimentação e com buracos. Atualmente, cerca de 600 pessoas ainda trabalham no Comperj, segundo a Petrobras. — Eu sou técnico de edificação e, no Comperj, trabalhava com isolamento térmico. Estou atrás de notícias. Há dois anos estou sem emprego, vendendo pipoca e biscoito na rua para poder pagar as contas. Só não perdi minha casa porque estava no seguro — conta Antonio Couto, de 35 anos. Nas ruas de Itaboraí, a esperança ainda não chegou.

O comércio entrou em crise, postos de gasolina estão fechados e bancos já deixaram a cidade. Segundo Ricardo Pestana, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) do município, há 700 lojas vazias que não resistiram à crise desencadeada com o fechamento do Comperj. Um exemplo é o Intercity, um

complexo com lojas e salas comerciais. Com design moderno, está às moscas. Aldo Roque Pereira, de 37 anos, veio da Bahia em 2011 para trabalhar no Comperj. Trabalhou cinco anos como encanador industrial até virar uma estatística da Petrobras. A esposa, uma técnica de enfermagem, também está sem emprego. — Espero que as obras voltem — diz ele. Q

uem anda por Itaboraí já se acostumou com os prédios, ainda no esqueleto, abandonados. Foram mais de 20 lançamentos residenciais em um curto período de tempo, quando as obras do complexo estavam a pleno vapor. Investimentos que somaram R\$ 1 bilhão. Bruno Serpa Pinto, diretor-geral da Brasil Brokers para o Leste Fluminense, lembra que a região não tem lançamentos há dois anos, e o estoque ainda é alto. Mas ressalta que, com a queda de 40% no preço do metro quadrado, as vendas subiram 20% no primeiro semestre deste ano em relação a 2016: — Há pessoas que saíram de Niterói e São Gonçalo e foram morar em Itaboraí por uma questão de oportunidade, de morar em um apartamento maior e mais barato.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Rennan Setti e Ana Paula Ribeiro

Título: Volatilidade à vista com nova política de preços da Petrobras

Ações da estatal deverão acompanhar mais de perto as oscilações na cotação do petróleo no exterior.

Na última semana, os brasileiros começaram a se adaptar àquilo que é uma realidade em países como os Estados Unidos: o preço da gasolina tem a ver diretamente com o do petróleo. Desde 3 de julho, o valor de combustíveis vendidos pela Petrobras pode ser reajustado a qualquer momento, inclusive diariamente — uma revolução para uma empresa cuja história recente foi marcada por prejuízos provocados justamente pela defasagem de preços. A única regra é que a variação acumulada esteja dentro de uma faixa determinada, de 7% para mais ou para menos. De acordo com especialistas, para os investidores, a medida representará maior transparência e evitará distorções, mas também trará uma dose maior de volatilidade aos papéis da estatal.

— Se, para os consumidores, os reajustes significam oscilação de preço, eventualmente todos os dias, para a Petrobras, significa estabilidade, pois ela conseguirá manter as margens de retorno do seu negócio — explicou Pedro Galdi, analista da consultoria Upside. “A política de preços é um passo muito importante para a Petrobras. Na nossa opinião, ela ajuda a reduzir o risco de investimento na companhia: aumenta a probabilidade dos resultados da companhia ao permitir que a Petrobras maximize a utilização de suas instalações de refino e pavimenta

o caminho para outros movimentos estratégicos, como potencial venda de ativos de refino”, afirmaram os analistas Rodolfo Angele e Felipe Dos Santos, do JP Morgan, em relatório enviado a clientes sobre a nova política de preços.

Galdi, da Upside, enxerga na nova política de preços uma oportunidade de afastar a influência política do balanço da estatal. Ele lembrou que, durante o governo Dilma Rousseff, a estatal perdeu bilhões de reais ao manter os preços dos combustíveis locais depreciados em relação aos valores praticados no mercado internacional. O objetivo era reduzir o impacto na inflação. — A empresa estava antes desfocada do negócio dela porque precisava atender a uma demanda política. Agora, está adotando uma nova postura, que afasta o risco de interferência política porque acompanha o mercado — disse o analista. Mas, segundo Alexandre Wolwacz, da Escola de Investimentos Leandro&Stormer, se por um lado os investidores vão ganhar em transparência e previsibilidade com a nova política de reajustes, terão que conviver com nível maior de volatilidade nos papéis.

— A volatilidade que observamos no preço do barril de petróleo no mercado internacional vai se refletir de maneira muito mais intensa nos papéis da companhia. Isso, aliás, já vem acontecendo nos últimos pregões, nos quais o comportamento das ações esteve bastante ligado ao do barril do tipo Brent — observou o especialista. — É óbvio que, se a empresa consegue fazer ajustes de maneira mais imediata, ela é mais ágil e transparente, mas, ao mesmo tempo, isso se reflete em volatilidade.

ANALISTA MANTÉM RECOMENDAÇÃO DE COMPRA

Mas o principal problema, de acordo com Wolwacz, é que o panorama para o petróleo não é positivo. Os mercados seguem com excesso de oferta, com a produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) tendo atingido seu pico este ano. A produção tem crescido em países como Arábia Saudita (que sofre com problemas orçamentários justamente por causa do baixo preço da commodity), Líbia (cuja extração se recupera em meio ao esfacelamento político do país) e no próprio Brasil. Na semana passada, o ministro de energia russo, Alexander Novak, causou preocupação quando disse que o pacto global para redução da produção organizado pela Opep e por outros grandes produtores tem funcionado satisfatoriamente e que o prolongamento dessa medida não seria necessário.

Luis Gustavo Pereira, estrategista chefe da Guide Investimentos, lembra que, além de afetar o faturamento da empresa, uma queda no preço da commodity também depreciaria os ativos da estatal que estão à venda. — Se o petróleo cai, a receita cai, e os ativos ofertados pela Petrobras também perdem atratividade. Com isso, o endividamento da empresa continuará elevado. É um círculo vicioso.

Ou virtuoso, quando o óleo entra em uma tendência de alta — avaliou. Mesmo com a pressão que o preço do petróleo deve sofrer, a recomendação é de compra dos papéis da Petrobras, mas tendo como fator de risco a volatilidade a curto prazo. — Ainda recomendamos compra, devido ao plano de desinvestimentos da Petrobras. Mas é preciso agir com cautela a curto prazo devido à variação do preço do petróleo — disse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Joana Cunha

Título: Ação coletiva contra Petrobras na Justiça de Nova York volta a correr

A ação coletiva movida por investidores contra a Petrobras nos Estados Unidos teve uma nova decisão, divulgada na sexta-feira (7) pela Justiça americana, que atendeu parcialmente um recurso da companhia brasileira.

A Corte Federal de Apelações do Segundo Circuito, em uma determinação de segunda instância, definiu que o juiz de primeira instância, Jed Rakoff, da corte distrital de Nova York, deverá reavaliar a classificação dos investidores.

Isso significa que parte dos investidores terá de confirmar os critérios que permitem a participação deles nessa demanda coletiva.

A decisão é consequência de um pedido de recurso da Petrobras questionando o grupo de investidores que poderiam ser representados pela ação, na tentativa de reduzir o tamanho deste grupo para pagar indenização menor.

A ação abrange duas classes de investidores, os que negociaram títulos de dívida ou os que negociaram ADRs -papéis de empresas estrangeiras negociadas na bolsa de Nova York.

Mas o recurso da Petrobras foi acolhido apenas parcialmente. Outra consequência dessa decisão é que ação, que estava parada por causa deste recurso, volte a tramitar.

Após a revelação de que diretores da Petrobras atuaram em esquemas de corrupção, fundos de investimento e investidores abriram processos contra a estatal reclamando perdas com aplicações e pedindo ressarcimento pela perda de valor das ações.

Para a advogada Érica Gorga, que atuou como perita para a defesa dos minoritários na Justiça federal americana, a nova movimentação coloca a Petrobras diante de uma decisão importante.

"Só os investidores de títulos de dívida é que serão reavaliados. Os investidores em ADRs já estão certificados", afirma Gorga.

"O que acontece na prática é que a Petrobras terá que decidir se ela vai passar pelo julgamento, e isso é um risco enorme para ela, ou se vai querer celebrar um acordo. Agora vai ser um período crucial para saber o que ela vai fazer de fato", afirma Gorga.

ACORDOS

Nos últimos meses, a companhia fez uma série de acordos para encerrar cerca de 20 ações individuais apresentadas por investidores nos Estados Unidos que se sentiram lesados diante das denúncias de corrupção.

Pelos acordos já celebrados e as negociações para outras ações individuais, o valor das provisões superava os US\$ 400 milhões para o segundo trimestre deste ano.

Em nota, a Petrobras diz que "seguirá adotando as medidas necessárias para defesa de seus interesses".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Infraestrutura atrai investidor de longo prazo

Para mercado financeiro, crise política não desanima grupos e fundos que buscam oportunidades em energia e concessões

A crise política pela qual o Brasil passa não deve afugentar os investidores em infraestrutura como um todo. Além dos chineses, que chegaram em peso no ano passado para comprar negócios no País colocados à venda – seja por causa da recessão econômica ou por companhias envolvidas na Lava Jato, sobretudo nas áreas de construção e energia –, fundos de investimentos e grupos asiáticos estão de olho em diversas oportunidades de negócios, como concessões de rodovias, ferrovias e saneamento, afirmam fontes do mercado financeiro. A gestora canadense Brookfield, que foi uma das protagonistas em aquisições no ano passado, com a compra do gasoduto NTS, da Petrobrás, e de 70% da Odebrecht Ambiental, também está negociando diversos ativos de estatais elétricas. É o caso dos ativos da Renova Energia.

A gestora teria ampliado a oferta pelo negócio, incluindo a fatia detida pela Cemig, maior acionista na empresa de energia renovável, de acordo com fontes ouvidas pela agência Reuters. Procurada pela reportagem, a Brookfield não comenta. Pacote de elétricas. As estatais elétricas que foram colocadas à venda devem atrair aportes que superam mais de R\$ 30 bilhões. Estão na mesa empresas da Eletrobrás, Cesp (estatal paulista), CEB, de Brasília; CEEE, do Rio Grande do Sul, conforme informou o Estado. No ano passado, a chinesa State Grid, que entrou no País em 2010, anunciou a compra da fatia da CPFL, que pertencia à Camargo Corrêa. A chinesa CCCC, que comprou o controle da Concremat, também está fazendo investimento no porto de São Luís, no Maranhão. De acordo com uma fonte próxima à companhia, outros negócios de infraestrutura estão no radar da chinesa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Assis Moreira****Título: Guerra comercial ameaça se estender a setor de alumínio**

A ameaça de guerra comercial no setor de aço poderá se estender para o setor de alumínio, mesmo depois de uma tentativa de apaziguamento no G-20 sobre o excesso de capacidade na China.

A indústria brasileira de alumínio já pediu para o governo também combater o excesso de capacidade nesse segmento, a exemplo do que querem fazer os Estados Unidos, a União Europeia (UE), a Rússia e alguns países em desenvolvimento.

No encontro dos líderes das maiores economias desenvolvidas e emergentes, que formam o G-20, em Hamburgo, o comunicado final tentou mascarar as fortes divergências com promessas que se contradizem e deixam em aberto o potencial de confrontos.

Já na chegada em Hamburgo, a delegação dos EUA ameaçou a China com medida unilateral se Pequim continuasse a não dar informações sobre as capacidades de suas siderurgias, necessárias para o grupo de trabalho internacional tentar encontrar soluções ao excesso de capacidade.

Só depois de decisão "do mais alto nível" da China, na madrugada de sábado, é que Pequim aceitou um compromisso no papel. O comunicado diz que os países do G-20 reconhecem o impacto negativo de excesso de capacidade em setores industriais sobre a produção doméstica, comércio e trabalhadores. Defendem a urgente eliminação de subsídios para o setor do aço. E aceitam trocar informações sobre suas capacidades de siderurgia até fim de agosto. Em seguida, o grupo de trabalho apresentará em novembro soluções concretas para reduzir o excesso no setor.

O confronto no comércio internacional de aço só será evitado se for encontrada, portanto, uma solução. Acontece que a China, principal alvo, não tem grande incentivo para se curvar diante dos EUA, inclusive porque na prática não será afetada por restrições impostas por Washington. É que os chineses exportam hoje já bem pouco para os EUA, barrados por várias medidas antidumping. Os maiores afetados por uma eventual medida americana serão os outros grandes exportadores, como Brasil, UE, Rússia e Turquia.

"O Brasil pode ser alvo de bala perdida nessa briga", declarou uma alta fonte brasileira. Outros negociadores acham que a China não tem interesse em conflito global que mine mais o sistema multilateral de comércio.

Em Hamburgo, alguns países sinalizaram que querem buscar "solução coletiva" também para o excesso de capacidade de alumínio. A produção na China aumentou quase 1.500% entre 2000 e 2017, segundo analistas. Produtores temem o alumínio barato da China, no que parece ser outro confronto anunciado.

O governo brasileiro aguarda para ver o que vai acontecer como solução ou não para o aço, antes de passar ao combate do excesso de capacidade de alumínio e outros produtos.

A expectativa entre negociadores é de que os EUA anunciem resultado de investigação sobre importações de aço e de alumínio em breve, mas Trump espere até novembro antes de decidir se sobretaxa os produtos por razões de segurança nacional, começando a implementar sua política protecionista de "America First".

A manifestação do G-20 sobre comércio, no geral, ilustrou como os EUA sob o governo Trump são "ponto fora da curva", como diz um negociador. Diante das profundas divergências, houve risco de sequer haver comunicado. O resultado é que, desta vez, o G-20 reconhece a importância do papel crucial do "sistema internacional do comércio", evitando o uso do termo "multilateral".

Os americanos quiseram dar ênfase à importância de acordos bilaterais. A promessa de busca de comércio recíproco e ao mesmo tempo não discriminatório é algo que cada um interpreta como quer. Para os EUA, maior potência do mundo, significa que os parceiros devem abrir seus mercados para as exportações americanas.

Os EUA ficaram isolados na questão do clima, sem surpresa. Trump fez um esforço para ler os textos que lhe foram preparados, para evitar maiores gafes, mas até fisicamente parecia deslocado entre boa parte dos líderes do G-20. Quanto à premiê alemã, Angela Merkel, corre o risco de pagar um preço pelo chamado "G-20 da fúria", com a violência que tomou conta das ruas de Hamburgo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Vale reorganiza diretorias

A Vale anunciou no fim da tarde de sexta-feira, em comunicado, a nova estrutura corporativa da companhia, conforme antecipado pelo **Valor**. Além do presidente - Fabio Schvartsman -, a empresa passa a ter seis diretorias-executivas (estatutárias) e duas não-executivas. Suporte aos Negócios, que vai prover serviços corporativos globalmente, como tecnologia de informação e suprimentos (ainda sem nome definido) e Sustentabilidade e Relações Institucionais, entregue a Luiz Eduardo Osório, se juntam às de Minerais Ferrosos e Carvão (Peter Poppinga), Metais Básicos (Jennifer Maki), Finanças e Relações com Investidores (Luciano Siani Pires) e Consultoria Geral, ou Jurídica (Clóvis Torres). As diretorias não-executivas, ainda sem nomes divulgados, são Pessoas, que vai abranger recursos humanos, saúde e segurança e Valia, e Estratégia e Tecnologia. Segundo a empresa, a nova estrutura vai apoiar a estratégia de geração de valor, baseada em quatro pilares: performance, estratégia, governança e sustentabilidade. A meta é promover maior integração e eliminar duplicidade de estruturas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Cláudia Schüffner**Título:** CSN e ministérios públicos discutem questão ambiental

Os longos anos de embates com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), sem sucesso, para obter cumprimento das licenças ambientais de sua usina de aço em Volta Redonda (RJ) levaram o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) a se juntar ao Ministério Público Federal para adotarem, juntos, uma estratégia diferente. Além de reparações com base na lei ambiental, os procuradores buscaram enquadrar a empresa nas regras do mercado de capitais, alertando a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre a veracidade das informações que prestava aos acionistas e ao mercado. Como resultado, a autarquia abriu processo administrativo sancionador para investigar a siderúrgica.

A base foi um ofício do MPRJ de março de 2016, no qual acusa a CSN de omitir nas informações ao mercado que a licença ambiental de operação das atividades desenvolvidas na usina Presidente Vargas estava vencida, na época, desde

setembro de 2012. A CSN refuta a informação e informa que assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em abril de 2016, o terceiro em seis anos.

O Ministério Público, no entanto, acusa a CSN de ter omitido dos investidores que o TAC assinado em 2010 venceu e vinha sendo renovado. Foi com base nisso, diz o MPRJ, que a licença ambiental existente, de abril de 2016, foi concedida. O promotor Marcus Leal, do Grupo de Atuação Especializada do Meio Ambiente (Gaema), do MPRJ, diz que a estratégia de atuação conjunta foi tomada após as autoridades tentarem que a CSN cumprisse a legislação.

"O que nós pretendíamos era dar a divulgação ao mercado financeiro que a empresa não dava informação de que operava com uma autorização precária concedida através de Termos de Ajustamento de Conduta sucessivamente renovados, sem que o passivo ambiental fosse de fato recuperado e compensado", afirma.

Agora, a CVM também vai investigar a responsabilidade do diretor de relações com investidores da CSN pela não divulgação de fato relevante sobre o TAC celebrado com os devidos órgãos. Entre 2015 e 2016 que ocupou o referido cargo foi Paulo Rogério Caffarelli. No caso, por infração à Instrução 358 da autarquia, que determina como empresas abertas devem tratar informações relevantes. Caffarelli deixou a CSN em junho de 2016 para presidir o Banco do Brasil.

Em resposta à CVM, a CSN declara que informou sobre a celebração do TAC de 2016 em três momentos: em comunicado ao mercado no dia 13 de abril de 2016, no Formulário de Referência 2016 divulgado em 31 de maio daquele ano, e em nota explicativa do relatório de informações trimestrais de 31 de janeiro de 2017.

A assessoria de Caffarelli esclarece que, como diretor de relações com investidores da CSN, cumpriu todas as regras exigidas pela CVM. E, ainda, que em 17 de maio deste ano "respondeu aos questionamentos sobre o tema em questão e permanece à disposição para qualquer outro esclarecimento".

Em ofício enviado em março do ano passado, o MPRJ alegou serem falsas as informações da CSN divulgadas na seção "perguntas frequentes" na página da siderúrgica na internet, já retirada do ar. Segundo o MP, ali a empresa respondia "de forma enganosa" perguntas como "a CSN cuida dos resíduos sólidos?", ou "a CSN possui licenças ambientais para suas operações?", entre outras. Para essas perguntas a resposta era "sim".

O MP informou à CVM que um laudo do Instituto Estadual de Ambiente (Inea), de janeiro de 2016, apontou violações ao limite máximo de emissões atmosféricas previsto pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), e que

a empresa vem assinando TACs e aditivos desde 1986, repetidos em 1987, 1994, 1996, 1998 e 2000.

Há um ano, o MPRJ enviou ofício para a CVM notificando a autarquia sobre veiculação, pela CSN, de publicidade institucional enganosa, bem como pela omissão de informação de fato relevante, ou divulgação de forma incompleta, falta ou tendenciosa", a investidores do mercado e à autarquia.

O gerente-geral de Meio Ambiente da CSN, Cláudio Graffunder, diz que os compromissos de 2010, somados aos assumidos em um aditivo ao TAC daquele ano previam a execução de 141 itens. E segundo ele, a empresa cumpriu 126 dos itens previstos. Os demais, afirmou, migraram para os TACs assinados posteriormente. "Nós não cumprimos alguns itens em função da sua complexidade e de algumas dificuldades do mercado até para contratar projetos e obras necessárias. Entre 2010 e 2013, o mercado estava muito aquecido, as empreiteiras de grande porte estavam ocupadas com outras obras e não estavam conseguindo atender a demanda do Brasil", alegou.

Conforme Graffunder, dos 15 itens que precisam ser cumpridos para que a CSN consiga uma licença de operação, um dos mais relevantes é o que prevê o fechamento do circuito de água de resfriamento do processo carboquímico. O outro é um estudo de avaliação do ruído provocado pela usina. Os dois ficarão prontos em agosto e setembro deste ano, afirma.

O executivo lembra que, desde 2010, a empresa investiu R\$ 526 milhões relativos aos compromissos com órgãos ambientais do RJ. Desse total, R\$ 348 milhões referentes às obrigações assumidas em 2010 e 2013. E no ano passado assumiu o compromisso de investir outros R\$ 178,4 milhões.

"Se você perguntar se a empresa está em conformidade ambiental? [A resposta seria] Sim, plena e totalmente. A empresa tem uma licença vigente [Autorização Ambiental de Funcionamento] que foi dada ao se assinar o TAC 03 de 2016. E a empresa opera em plena conformidade legal através dessa licença", afirma Graffunder.

O procurador Júlio Araújo, do MPF em Volta Redonda, acusa a empresa de sistematicamente descumprir as obrigações ambientais. "Lógico que ela cumpre algumas coisas, mas outras não", diz. "A CSN regulariza a situação via TACs, que dá a ela uma aparência de regularidade. Mas o problema é que nem esses prazos ela obedece", observa. Em abril, Araújo pediu à Justiça a concessão de tutela de urgência para que a CSN seja obrigada a suspender as atividades nas unidades de sinterização 2, 3 e 4 da usina até que se adeque às exigências legais.

No relatório em que recomenda a abertura do processo sancionador, a área técnica da CVM observa que decisões relacionadas à possibilidade da paralisação de unidade de produção da companhia em razão do descumprimento de normas ambientais constituiriam fato relevante a ser divulgado.

No entendimento da empresa, "não cabe à CVM exigir a divulgação de informações adicionais e que não se enquadrem nos critérios de materialidade e relevância estabelecidos pela administração da CSN". E diz que os processos que possam influenciar a decisão do investidor referentes a riscos de imagem ou jurídicos são informados nos formulários de referência.

À parte essa questão com CVM, órgãos ambientais e ministérios públicos, a companhia está sem informar ao mercado de capitais os balanços auditados do quarto trimestre e ano de 2016 e do primeiro trimestre de 2017. A auditoria Deloitte, que avaliza as demonstrações financeiras, quer a publicação de certas informações que a direção da empresa não concorda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia, Fernando Torres e Juliano Basile

Título: Petrobras sofre decisão desfavorável nos EUA

Depois de quase um ano de espera, a Petrobras sofreu um revés significativo na disputa com investidores nos Estados Unidos. O Tribunal Federal de Apelações do Segundo Circuito rejeitou o principal ponto da apelação da companhia, e manteve a ação coletiva contra a estatal no Tribunal do Distrito Sul de Nova York. A Petrobras defendia a extinção do litígio.

Agora, o julgamento do mérito da ação coletiva - ao menos em relação aos investidores que negociaram recibos de ações da estatal (ADRs) da companhia - poderá finalmente ser retomado, depois de ter sido suspenso em agosto. A Petrobras ganhou tempo ao apelar com base em questões técnicas, mas o processo vai voltar à corte do juiz Jed Rakoff, que foi duro em suas análises desde o início da tramitação da ação, em dezembro de 2014.

Em fevereiro de 2016, o juiz Rakoff certificou para o processo duas "classes", que nada mais são que os grupos de investidores com características semelhantes que são representados pelo processo. O primeiro inclui todos os que negociaram ADRs na Bolsa de Nova York (Nyse) entre janeiro de 2010 e julho de 2015. O segundo inclui todos os que negociaram títulos da dívida da companhia emitidos em 2014 e 2015. Na apelação, a Petrobras questionou exatamente as duas classes certificadas, e o processo ficou suspenso desde agosto.

O colegiado de juízes do tribunal federal manteve a classe dos investidores que compraram ADRs, e acolheu parcialmente a defesa da estatal no que se refere à certificação do grupo de investidores que negociou os títulos da dívida. Segundo a decisão, publicada na sexta-feira à tarde, o juiz Rakoff cometeu erros ao entender que as todas as exigências legais da certificação das classes tinham sido atendidas, sem ter se aprofundado para verificar se as negociações foram feitas nos Estados Unidos ou não. As leis que regem o mercado de capitais americano exigem que as transações sejam "domésticas" para confirmar a jurisdição do processo.

No caso das ADRs, não há questionamentos, pois as transações são feitas na Nyse. Os títulos da dívida, porém, só são negociados no mercado de balcão. Por isso, o tribunal de apelações determinou que será necessário provar que as notas foram compradas no "mercado doméstico".

Isso significa que os credores precisarão provar, e o juiz Jed Rakoff terá que checar, se os títulos da dívida foram comprados em transações nos Estados Unidos.

Para a Petrobras, a decisão é um revés significativo. Desde que conseguiu paralisar a ação coletiva, a estatal fechou acordos para encerrar 19 das 27 ações individuais ajuizadas no Tribunal do Distrito Sul de Nova York, e, recentemente, fechou um acordo também para acabar com uma ação individual movida na Justiça da Pensilvânia por afiliadas do Vanguard Group.

A Petrobras não divulgou os valores pagos para encerrar essas ações, mas estimou que o estoque de provisões que refletem os acordos deverão somar US\$ 445 milhões no fim de junho desse ano. O montante é considerado baixo pelo mercado, indicando que os acordos vinham sendo feitos com termos favoráveis para a estatal.

Agora, a ação coletiva volta ao tribunal de Rakoff, que irá determinar os próximos passos do processo. Poderão ser marcadas novas audiências ou até mesmo um prazo para a realização do julgamento. Na prática, a decisão da segunda instância abre espaço para a retomada de negociações de um eventual acordo financeiro entre representantes da Petrobras e dos investidores.

A diferença é que, agora, a Petrobras sofreu uma decisão desfavorável e a vantagem nas negociações volta para os investidores. A definição da "classe" é importante pois uma eventual indenização será proporcional ao número de investidores representados na ação.

Em nota, o advogado Jeremy Lieberman, do escritório americano Pomerantz, que representa os investidores, se disse muito satisfeito com a decisão do Tribunal Federal de Apelações.

"A decisão cria um precedente importante para investidores estrangeiros e domésticos que buscam reparação de fraudes cometidas no mercado de capitais e que tiveram efeito no mercado dos EUA", disse Lieberman. Segundo ele, a decisão é uma vitória para os investidores que movem ações relacionadas ao mercado de capitais, e permite que o processo contra a Petrobras seja retomado.

"Pretendemos pedir ao juiz Jed Rakoff que determine uma nova data para o julgamento o mais rapidamente possível, a fim de permitir que os investidores finalmente tenham seu dia no tribunal", afirmou o advogado.

Em comunicado ao mercado, a Petrobras disse apenas que o Tribunal Federal acolheu parcialmente seu recurso, ao rejeitar alguns aspectos da decisão que era questionada. "A Petrobras seguirá adotando as medidas necessárias para defesa dos seus interesses", declarou a estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

De saída do Paraguai

A decisão de vender ativos no Paraguai representa mais um passo da Petrobras para reduzir a presença no mercado sul-americano de distribuição de combustíveis. Até 2016, a estatal estava presente em cinco países. Já saiu de Argentina e Chile e, com Paraguai, passará a operar uma rede que representa apenas 20% daquela que detinha um ano atrás, antes de iniciar o processo de alienação. Vai se concentrar na Colômbia e Uruguai, que possuem cerca de 200 postos. No Paraguai, a estatal vai se desfazer de 100% da Petrobras Paraguay Distribución Limited (PPDL), Petrobras Paraguay Operaciones y Logística (PPOL) e Petrobras Paraguay Gas (PPG), que atuam em distribuição de combustíveis, lubrificantes e logística. Detém no país 197 postos de serviços, que garantem uma participação de mercado de 18%. Em lubrificantes, a fatia é de 12%. Tem ainda 74 lojas de conveniência e 39 minimercados. Na área de logística, opera terminal próprio de distribuição na cidade de Villa Elisa. Desde 2015, a estatal já levantou US\$ 1,7 bilhão com a venda de ativos no exterior.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás****Título: Anglo American vê preço do minério ainda alto no ano**

No caminho para conseguir as licenças necessárias e dar o pontapé inicial para a última fase de expansão de seu grande projeto no país, a Anglo American Brasil está mais otimista do que a média sobre o mercado do minério de ferro. Em entrevista ao **Valor**, Ruben Fernandes, presidente da companhia, afirma que ainda vê a economia chinesa aquecida e com grande demanda pela matéria-prima, ao menos até o fim deste ano.

O executivo crê em um patamar de US\$ 55 a US\$ 60 para a commodity no segundo semestre, apesar de alguns analistas falarem que o preço pode recuar para abaixo dos US\$ 50. Por enquanto, é a visão mais construtiva de Fernandes que ganha essa queda de braço: na sexta-feira, o minério com teor de 62% fechou cotado em US\$ 62,80 por tonelada no porto chinês de Qingdao.

"O excesso de oferta que vemos no mercado [transoceânico] tem sido ofuscado pela demanda da China, que ainda está forte", explica o presidente da Anglo American Brasil. "Ao menos pelos próximos dois anos, eu não vejo um excedente tão grande no lado da oferta. E sou otimista em relação à economia chinesa."

Apesar dos elevados estoques em portos chineses - próximos à máxima histórica -, a divulgação mês a mês de uma forte produção de aço no país ajudou a sustentar a cotação do minério de ferro, sua principal matéria-prima. A preocupação com o fornecimento maior de Austrália e Brasil e a possibilidade de desaceleração chinesa devido aos cortes de gastos públicos havia derrubado o preço até meados de junho, mas o insumo se recuperou.

Seu otimismo em relação à China, explica Fernandes, tem a ver com as necessidades de modernização que o país ainda tem. "Ainda são necessários investimentos em infraestrutura, no lado ocidental do país ainda falta urbanização, por exemplo. Mas quem controla o ritmo disso tudo é o governo e precisamos ficar de olho nas ações dele", diz.

A Anglo American precisa desse otimismo. Seu grande projeto no Brasil, o Minas-Rio, produz hoje em ritmo de 16 milhões de toneladas a 18 milhões de toneladas anuais e, para atingir a plena capacidade planejada inicialmente, de 26,5 milhões de toneladas, será necessária a montagem da operação em uma nova área, na chamada "fase 3" do projeto.

Para esse último degrau, o presidente da empresa planeja investir cerca de R\$ 1 bilhão no negócio, contratando até 800 funcionários para a obra de infraestrutura da operação. Quando a construção estiver pronta e a mina, pronta para ser usada, a força de trabalho total da companhia, hoje em 4.800 funcionários próprios e terceirizados, será elevada em cem pessoas.

O projeto já garante rentabilidade à Anglo American. Como possui um mineroduto que leva o material extraído direto para ser exportado pelo Porto do Açu, o custo de transporte da mina ao navio é menor do que a média. Além disso, as reservas minerais do Minas-Rio são de alta qualidade, o que também economiza gastos no beneficiamento.

Sem a fase 3, o custo de produção do minério é calculado em cerca de US\$ 27 a tonelada. Mas a expansão do projeto vai garantir maior rentabilidade pelo ganho de escala. "No patamar atual, somos competitivos em nível mundial, mas nosso custo fixo é alto por conta do tamanho do projeto. A expansão vai nos dar grande ganho de escala", diz Fernandes.

Para isso, a Anglo American precisa de uma licença prévia e outra de implantação, que a companhia espera obter em setembro. Aí se inicia a construção da nova infraestrutura, que deve se completar até o quarto trimestre do ano que vem, e faltaria apenas a licença de operação. A expectativa do grupo é terminar 2019 já com ritmo de 26,5 milhões de toneladas.

"A obra será apenas na mina. Percebemos que o mineroduto e o porto têm capacidade de absorver o aumento de produção e não precisam de investimento adicional", acrescenta o executivo.

Atingir essa capacidade nominal que foi planejada inicialmente será um marco para o projeto. Anteriormente nas mãos da MMX, mineradora de Eike Batista, o ativo passou para o portfólio da Anglo American em 2007. O início de produção foi atrasado em alguns anos, até que em 2014 foi embarcado o primeiro lote da matéria-prima. No primeiro ano, o prejuízo operacional foi de US\$ 34 milhões. Em 2016, terminou em US\$ 6 milhões negativos, por conta do custo dos investimentos.

Também responsável pela área de níquel do grupo no Brasil, Fernandes lembra que o resultado está muito apertado por conta da queda do metal no mercado internacional. "Hoje, mais de metade da indústria global está abaixo do ponto de equilíbrio", diz. A commodity, que começou 2015 valendo US\$ 15.000 a tonelada, atualmente vale menos de US\$ 9.000.

A perspectiva, porém, é relativamente positiva. "Os estoques de níquel ainda estão elevados, mas devem cair porque não há aumento de oferta. Temos agora que investir em sinergias, em inovação. É o novo momento da mineração."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Raízen investirá em plantas adquiridas da Tonon

A aquisição de duas usinas da Tonon pela Raízen Energia reforça a liderança da companhia na produção de açúcar e etanol do país, mas demandará aportes adicionais - além dos R\$ 823 milhões desembolsados para fechar o negócio - para que o potencial das unidades entre nos padrões da companhia.

João Alberto Abreu, diretor de operações da Raízen Energia, disse, em entrevista ao **Valor**, que o montante a ser investido não está definido, já que a negociação ainda está sujeita ao julgamento da juíza da recuperação judicial da Tonon e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O aporte pode variar dependendo do momento do ano, que pode ou não ser favorável ao plantio de cana, afirmou Abreu. "Assim que ocorrer o fechamento [da operação] no Cade, vamos atualizar o guidance". A meta atual da Raízen para a safra 2017/18 é um investimento entre R\$ 2,1 bilhões e R\$ 2,4 bilhões.

O primeiro passo assim que a Raízen assumir as usinas Santa Cândida, localizada em Bocaina (SP) e Paraíso, em Brotas (SP), será integrá-las ao "Pentágono", a central de monitoramento que acompanha todos os processos nas 24 usinas da companhia, desde o plantio e a colheita de cana até a indústria.

Por estarem próximas a dois polos com outras unidades, deve haver sinergias na área logística, com facilidade de direcionamento de biomassa entre as usinas da região, e na gestão. Com 5 milhões de toneladas de capacidade instalada nas duas usinas adquiridas, a capacidade de moagem da Raízen subirá 7%, para 73 milhões de toneladas anuais.

Outro investimento na lista de prioridades da Raízen é no tratamento e renovação dos 60 mil hectares de canaviais das duas unidades, que estão com idade média entre 3,5 anos e 4 anos. A idade média das lavouras da Raízen é de 3,3 anos. Mas, segundo Abreu, metade da área adquirida já está "em condições bastante favoráveis". Também deve haver desembolsos para a manutenção preventiva e troca de máquinas agrícolas.

Segundo Abreu, a Raízen também manterá contrato com todos os fornecedores que tinham compromissos com a Tonon. Cerca dos 20% dos contratos que estão sem renovação serão retomados pela companhia. Os fornecedores respondem hoje por 40% da cana processada pelas duas unidades.

As duas usinas têm um perfil levemente mais alcooleiro que a média das plantas da Raízen, mas uma mudança nesse perfil ainda não está no horizonte. As duas unidades têm 57% de seu potencial voltados à produção de etanol.

Ponto central da negociação com Tonon e credores, as operações de cogeração de energia a partir de bagaço que são contíguas às duas unidades - pertencentes à Rhodia e Brookfield - serão geridas pela Raízen. As duas empresas de energia exigiam a entrega do bagaço que a Tonon deixara de fornecer. Na negociação, ficou acertado que a Raízen entregará energia elétrica a ambas, dentro de um cronograma que prevê aumentos sucessivos, conforme a perspectiva de aumento de moagem de cana e ante os potenciais instalados.

A Brookfield, que detém a unidade de cogeração junto à Santa Cândida com 32 megawatt (MW) de potência, tem um contrato no mercado regulado até 2040. Já a Rhodia, que tem a unidade de cogeração junto à Usina Paraíso com 70 MW de potência, atua no mercado livre, ficando exposta à variação de preços.

MME / ASCOM